

REDES DE CULTURA NA BAHIA: FRAGILIDADES, DESAFIOS E POTENCIALIDADES¹

Taiane Fernandes²

Resumo:

No cenário cultural baiano da última década foi emblemática a constituição de redes de agentes culturais, com destaque para a Associação de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia (Adimcba) e a Comissão Estadual de Pontos de Cultura da Bahia (CEPdC-BA). Prenhes dos novos paradigmas da política cultural brasileira, elas ainda não foram capazes de conciliar o discurso (ideal), que agrega seus membros, da prática (real), que os desagrega. Mas não por isso devem deixar de ser reconhecidas em seu papel catalisador do desenvolvimento da cultura no estado, enquanto atores estratégicos das políticas públicas.

Palavras-chave: cultura; redes; Bahia; pontos de cultura; dirigentes municipais de cultura.

Há pouco mais de duas décadas, ganhou evidência no Brasil um novo formato organizativo social. A ideia de “rede” despontou em diferentes instâncias da sociedade: no âmbito das relações interpessoais, dos movimentos sociais, do Estado, e das políticas públicas e do mercado. Caracterizada por um forte apelo ideológico, a ideia de rede se opõe à de burocracia e à de hierarquização, presentes em boa parte das organizações tradicionais, e aposta na flexibilidade e na interatividade.

Rede é, no entanto, uma terminologia amplamente utilizada por diferentes ciências e áreas do conhecimento desde o início do século XX. Mas, nas suas mais diferentes acepções e usos, corriqueiros ou científicos, podem ser observadas características comuns, tais como: articulação, interdependência, fluxo e horizontalidade. Rede é uma categoria importante a ser considerada porque permite a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existente, já que articula a “multiplicidade do diverso” (GOHN 2008, p. 446).

¹ Este artigo foi publicado no livro: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). Cultura e políticas culturais na Bahia. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2016.

² Doutoranda e Mestre Multidisciplinar em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, pesquisadora em formação do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (www.cult.ufba.br), produtora cultural e jornalista. Foi Superintendente de Desenvolvimento Territorial da Cultura (2012-2014), Assessora de Transversalidades da Cultura (2011-2012) e Assistente do Conselho Estadual de Cultura (2008-2009) na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA).

E-mail: taianefernandes@gmail.com

Não se pode perder de vista, no entanto, que em meio aos interesses comuns ou coletivos que normalmente motivam a constituição de uma rede, coexistem interesses particulares e culturas políticas conservadoras no interior delas. Junto aos movimentos sociais organizados, as redes disseminaram-se como uma promessa (supostamente inata a este conceito) de colaboração, democratização e desconcentração do poder.

No cenário cultural baiano da última década, marcado pelo protagonismo nas pesquisas acadêmicas sobre cultura; pela democratização e territorialização da política cultural; e pela institucionalização do campo cultural, foi também emblemática a constituição de redes de agentes culturais. Fruto de um processo iniciado no ano de 2007, quando recriada a Secretaria de Cultura da Bahia, o estímulo à articulação de agentes culturais em rede foi considerado estratégico para a democratização da gestão da cultura. Nesse contexto, coube ao poder público estadual incentivar e apoiar uma “cultura de rede”.

Duas redes, em especial, destacam-se por seu alcance e relevância: a Associação de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia (Adimcba) e a Comissão Estadual de Pontos de Cultura da Bahia (CEPdC-BA). A primeira, constituída exclusivamente por representantes do poder público municipal; a segunda, formada por representantes de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Ambas prestes a completarem dez anos de existência, com estreito relacionamento com a gestão pública estadual de cultura em toda a sua trajetória.

Prenhes dos novos paradigmas da política cultural brasileira – de um lado, o Sistema Nacional de Cultura e de outro, o inovador Programa Cultura Viva – , estas organizações ainda não foram capazes de conciliar o discurso (ideal), que agrega seus membros, da prática (real), que os desagrega. Mas não por isso devem deixar de ser reconhecidas em seu papel catalisador do desenvolvimento da cultura no Estado. A reflexão sobre as fragilidades, desafios e potencialidades da Adimcba e da CEPdC-BA, enquanto atores estratégicos das políticas públicas de cultura, é o objetivo principal deste artigo.

1. Iniciando uma cultura de participação e diálogo

A Bahia é o quarto maior estado brasileiro em número de municípios e o quinto em área total (mais de 550 mil quilômetros quadrados). Dos seus 417 municípios, cerca de 80%

têm até 30 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2014); 63% estão situados no chamado sertão baiano. As reduzidas condições financeiras destes municípios podem ser evidenciadas na concentração de mais de 40% do PIB do estado em apenas cinco deles (IBGE, 2011).

Neste quadro de pequenas cidades, com baixa arrecadação em sua maioria, dispersas em um vasto território, que reúne uma ampla diversidade de influências e expressões culturais, a gestão municipal da cultura apresenta um histórico muito recente, inspirado na gestão estadual da cultura. Em 2013, apenas 29 municípios (ou seja, cerca de 7%) possuíam uma secretaria exclusiva de cultura na estrutura das prefeituras; 202 municípios (48,5%) tinham a cultura como secretaria associada a outras áreas (educação, turismo, esporte, lazer etc.) da gestão pública municipal; nos 186 demais municípios (44,5%), a cultura não alcançava nem mesmo o status de secretaria, restringia-se a um departamento, diretoria ou coordenação na estrutura de algum órgão municipal, segundo levantamento realizado pela Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Sudecult) da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) naquele ano.

Esses números podem ser interpretados sob duas perspectivas: de um lado, a reduzida importância da área cultural para a gestão pública municipal na Bahia deriva de longos anos de uma política estadual de cultura subordinada à educação (1991-1994) e, posteriormente, ao turismo (1995-2006)³; de outro, os números revelam um avanço significativo na reversão dessa realidade na última década. Durante oito anos (2007-2014), estes mesmos municípios vivenciaram um processo de discussão e reinvenção da política cultural no Estado, em alinhamento com o que fora iniciado no âmbito federal na gestão Gilberto Gil do Ministério da Cultura, em 2003.

Mais do que um marco institucional para a cultura, a recriação da Secretaria Estadual de Cultura (SecultBA)⁴, a partir de 2007, mobilizou os municípios para a construção de seus sistemas municipais de cultura. Tendo como diretriz principal a territorialização da

³ Para mais informações sobre a política cultural baiana neste período, recomenda-se a leitura da dissertação Políticas culturais – A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006, disponível em <https://ufba.academia.edu/TaiFernandes>

⁴ A primeira Secretaria da Cultura do Estado da Bahia foi criada em 1987, na gestão Waldir Pires, tendo sido extinta logo em seguida, na gestão Antônio Carlos Magalhães, quando fora novamente vinculada à pasta da educação.

cultura, a SecultBA adotou a divisão do Estado em 27 territórios de identidade⁵, a fim de atuar estrategicamente para alcançar os 417 municípios baianos. A interlocução entre Estado e município passou a acontecer de forma mais direta, constante e desburocratizada. Foram designados funcionários da Secretaria para residir e trabalhar em cada um dos 27 territórios, os chamados Representantes Territoriais de Cultura⁶, lidando diariamente com a realidade dos municípios da região sob sua responsabilidade. A despeito das dificuldades estruturais enfrentadas por estes servidores públicos, a interação presencial entre eles, o poder público municipal e os agentes culturais locais foi determinante para que a cultura ganhasse espaço na gestão pública municipal no estado da Bahia.

Guiada pelos preceitos de democratização, participação e cidadania, a SecultBA conseguiu mobilizar diferentes atores do campo cultural (artistas, gestores públicos, agentes, agitadores, produtores, fazedores, consumidores de cultura etc.), especialmente no interior do Estado, e inseriu a Bahia no novo contexto da política e gestão cultural vivido no país. Já em 2007, incentivou a realização de encontros municipais de cultura e manteve o estímulo às conferências municipais de cultura a cada dois anos (2009, 2011 e 2014). Mas, mais do que um agendamento do tema da cultura na esfera pública e na política local, o governo do Estado atuou também na distribuição de recursos financeiros, por meio de edital, para o fomento a artistas, grupos e entidades da sociedade civil, através do Fundo Estadual de Cultura e do programa federal Mais Cultura. Nesse contexto, novos atores, antes “invisibilizados”, encontraram espaços de atuação, diálogo e participação na política cultural baiana.

2. Associação de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia (Adimcba)

O Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia nasceu de um encontro promovido pela SecultBA, em maio de 2007 (já no primeiro semestre de existência da

⁵ Os territórios de identidade são agrupamentos de municípios por afinidade geográfica, econômica e cultural criados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e adotado pelo Governo do estado da Bahia a partir de 2007, especialmente pela Secretaria do Planejamento e da Cultura. Inicialmente a Bahia possuía 26 territórios de identidade, mas em 2011 houve um desmembramento e o número aumentou para 27. Para mais informações, ver decreto estadual nº 12.354 de 25 de agosto de 2010.

⁶ A importância destes agentes do estado atuando diretamente junto às comunidades locais foi reconhecida pela Lei Orgânica da Cultura da Bahia (12.365/2011), que, em seu artigo 30 garante: A Secretaria de Cultura manterá representações territoriais de cultura com a finalidade de articular os segmentos culturais entre os municípios, conforme o modelo de regionalização adotado.

nova secretaria), entre os dirigentes municipais de cultura do estado. Esta rede se constituiu em: colegiado, composto por todos os dirigentes municipais de cultura da Bahia; conselho territorial, formado, à época, por 26 dirigentes que representavam os territórios de identidade; e coordenação executiva, eleita pelo colegiado entre os membros do conselho territorial. A coordenação executiva, por sua vez, tinha a seguinte composição: coordenador, vice-coordenador, secretário executivo e câmaras técnicas de articulação e integração, política sociocultural, produção cultural e patrimônio histórico, artístico e cultural.

De caráter opinativo e consultivo, o fórum se dispunha a colaborar para a implantação do Sistema Estadual de Cultura. De um lado, a SecultBA enxergava a oportunidade de angariar parceiros para a institucionalização e territorialização da cultura. Do outro, os dirigentes municipais de cultura buscavam apoio (institucional e financeiro) para garantir as mínimas condições de estabilidade e trabalho dos órgãos sob sua responsabilidade.

O interesse mútuo possibilitou a este fórum avançar na formalização da rede. Com o apoio e acompanhamento da Secretaria de Cultura estadual, ele ganhou, em 2010, personalidade jurídica, se transformando na Associação de Dirigentes Municipais de Cultura do Estado da Bahia (Adimcba). Seu regimento refletia, basicamente, a organização vigente até aquele momento: o colegiado foi mantido; o conselho territorial também; a coordenação executiva ganhou status de diretoria, incorporou uma tesouraria, e as câmaras técnicas passaram à condição de coordenação, com novas nomenclaturas (de Patrimônio; de Livro e Memória; de Linguagens Artísticas; e de Comunicação); foi incluído um Conselho Fiscal.

Diante das dificuldades financeiras dos órgãos gestores de cultura municipais e da instabilidade dos seus dirigentes nos cargos (dadas as oscilações bianuais provocadas pelas eleições municipais e estadual), a criação da Adimcba representou um passo fundamental para o funcionamento dessa rede, que deixou um caráter de “solidariedade” e se enquadrou no que Loiola (1997) definiu como “rede institucional”, em nível avançado de formalização, com relações sociais regidas por normas, papéis e funções definidos entre seus participantes.

Na prática, a formalização da Adimcba criava condições para que a Secretaria de Cultura do Estado apoiasse financeiramente o funcionamento da Associação e lhe desse

autonomia para atuar e desenvolver um plano de trabalho de interesse de ambas as partes. Em julho de 2011, foi assinado um termo de cooperação técnica e financeira no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com duração de um ano, que previa, basicamente, a realização de reuniões ordinárias dos órgãos componentes da Associação e a realização do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, reunindo toda a Assembleia. A articulação da rede era, portanto, a prioridade maior desse apoio, haja vista que sem o recurso do Estado, a Associação não conseguia garantir a regularidade dos encontros presenciais de seus participantes.

Entretanto, a limitação financeira, que aparentava ser o principal desafio, não redundou em fortalecimento da Associação. As dificuldades de prestação de contas do convênio, as mudanças da diretoria executiva em prazos menores do que o previsto no regimento (dois anos), o reduzido engajamento dos (70%) novos dirigentes municipais de cultura empossados em 2013, conduziram a um esvaziamento da rede. Até a conclusão deste artigo, a Adimcha aguardava nova eleição, prevista para acontecer no VIII Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, em 2015, e a disponibilidade orçamentária da Secretaria de Cultura para assinatura de novo convênio.

3. Comissão Estadual de Pontos de Cultura da Bahia

Os Pontos de Cultura são associações sem fins lucrativos, existentes há, pelo menos, três anos, selecionadas por meio de edital público federal ou estadual, para desenvolver atividades culturais nas comunidades em que já atuam, mediante aporte financeiro do poder público da ordem de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais). O vínculo entre estas organizações e o governo tem duração de três anos, através de convênio assinado.

(...) as ONGs passaram a ter muito mais importância nos anos 1990 do que os próprios movimentos sociais. Trata-se de ONGs diferentes das que atuavam nos anos 1980 junto a movimentos populares. Agora são inscritas no universo do terceiro setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, atuando em áreas onde a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente, como na educação e saúde, para clientela como meninos e meninas que vivem nas ruas, mulheres com baixa renda, escolas de ensino fundamental etc. (GOHN, 2011, 343)

A gestão compartilhada do recurso público entre estado-sociedade civil é uma relação muito recente no campo cultural e se inicia em grande monta a partir do Projeto Pontos de Cultura. Os problemas em torno desta gestão é fonte de amplo debate acadêmico e

merece leitura pormenorizada para uma compreensão mais aprofundada. No entanto, neste artigo, interessa-nos destacar aquele que interfere mais diretamente no tema em discussão: a reduzida articulação das instituições conveniadas como Pontos de Cultura.

O primeiro edital lançado pelo Ministério da Cultura, em 2005, contemplou, na Bahia, 70 instituições como Pontos de Cultura. Em 2007, o edital foi estadualizado e a recém-criada SecultBA assumiu a gestão de R\$27 milhões (2/3 do governo federal e 1/3 do estado) para a seleção de novos 150 Pontos de Cultura. A seleção priorizou a distribuição do apoio (de R\$60 mil anuais por entidade da sociedade civil) mediante o critério de cotas por território de identidade e município. A descentralização do recurso coadunava interesses da política cultural baiana e nacional.

O Fórum de Pontos de Cultura da Bahia congrega, em tese, todos os 220 Pontos de Cultura existentes no estado. Com o passar dos anos, a Rede ou Fórum de Pontos de Cultura da Bahia foi perdendo seus integrantes: alguns não conveniaram, outros desistiram de esperar pelo repasse de recurso, outros não conseguiram fechar as prestações de contas parciais, poucos terminaram o convênio (que deveria durar três anos). Segundo Rocha (2011), até agosto de 2010, eram 205 projetos distribuídos em 108 municípios do Estado. Este número vem reduzindo a cada ano.

A formação da rede da Bahia e sua estruturação foi sendo construída desde o primeiro grupo de Pontos de Cultura selecionados no edital de 2005. Ao que tudo indica, a mobilização da rede estadual girou, inicialmente, em torno da Ação Cultura Digital. Os primeiros eventos que reuniram presencialmente Pontos de Cultura na Bahia foram aqueles que tinham como foco a promoção dessa Ação. Nesse sentido, ocorreu em novembro de 2005, o Encontro de Conhecimentos Livres, no Ponto de Cultura Terreiro Cultural, em Cachoeira, que reuniu aproximadamente 110 participantes; em agosto do ano seguinte, outro Encontro de Conhecimentos Livres, desta vez em Salvador, que reuniu cerca de 100 jovens de 32 Pontos de Cultura dos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas e que contou com a realização de uma Oficina de Gestão Compartilhada, ministrada por membros do Instituto Paulo Freire. Contudo, a organização oficial de uma comissão de representantes de Pontos de Cultura do Estado só foi iniciada com o II Encontro Sub-regional Nordeste de Pontos de Cultura, que envolveu os estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, realizado entre os dias 13 e 15 de julho de 2007. O evento, acontecido na Faculdade de Direito da UFBA, em Salvador, foi organizado pela Regional Nordeste do MinC. Um dos objetivos desse Encontro foi a eleição de representantes estaduais para participação na Plenária Nacional dos Pontos de Cultura que se reuniria durante a segunda TEIA, planejada para o mês de novembro, em Belo Horizonte. Essa organização regional foi proposta pelo MinC, financiador do encontro e que pautou a necessidade de os estados indicarem representantes na escala de um para cada dez Pontos de Cultura, proposta acatada por esses. (ROCHA, 2011, p. 166-167)

Em 2008, aconteceu o I Fórum de Pontos de Cultura da Bahia, com a presença de apenas 23 deles. Somente em 2009, quando foi realizado pelo Governo do Estado o I Encontro Estadual de Pontos de Cultura, nasceu, efetivamente, a Comissão Estadual de Pontos de Cultura (CEPdC-BA), constituída por 26 representantes dos territórios de identidade da Bahia (G-26) e uma Comissão Executiva (G-8), formada por oito representantes escolhidos do G-26, eleitos titulares e suplentes. Este formato delegava aos Pontos de Cultura, representantes dos territórios, a função de disseminar as informações e manter a articulação entre os Pontos de Cultura no próprio território. O próprio escopo do convênio assinado define a aplicação de parte do recurso na aquisição de um kit multimídia, “composto por equipamentos digitais responsáveis por fomentar a produção de produtos, registrar as atividades dos projetos e estimular o intercâmbio e a formação de redes” (Rocha, 2011, p. 68).

Assim como no caso do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura (depois Adimcba), a CEPdC-BA também passou a depender de recurso financeiro do Estado para estabelecer sua interlocução em rede. A Ação Cultura Digital, que compunha o Programa Cultura Viva e defendia o uso de software livre pelos Pontos, não foi capaz de sedimentar uma interlocução via internet entre eles, para além da simples troca de e-mails. Os encontros presenciais entre os membros da Comissão passaram a depender da disponibilidade financeira da Secretaria Estadual, que raramente conseguia realizar mais do que um encontro anual, em média, e, mesmo quando aconteciam, nunca reuniam representantes de todos os Territórios de Identidade da Bahia.

Cinco anos depois, na Teia Bahia 2014 – II Encontro de Pontos de Cultura da Bahia, realizada em maio, pela SecultBA, no Pelourinho, em Salvador, foi renovada a CEPdC-BA. Dois formatos constituíram a nova Comissão Estadual: 15 territórios de identidade⁷ mantiveram o formato anterior, com titular e suplente; nove⁸ preferiram eleger uma subcomissão/colegiado territorial; dois⁹ elegeram apenas titular; e um¹⁰ nem ao menos

⁷ Os territórios de identidade que mantiveram o formato anterior foram: Bacia do Jacuípe, Bacia do Rio Grande, Baixo Sul, Costa do Descobrimento, Irecê, Itaparica, Litoral Norte e Agreste Baiano, Médio Rio de Contas, Médio Sudoeste, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte Norte do Itapicuru, Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco e Vale do Jiquiriçá.

⁸ Os territórios de identidade que optaram por uma subcomissão territorial foram: Bacia do Rio Corrente, Chapada Diamantina, Extremo Sul, Litoral Sul, Região Metropolitana de Salvador (RMS), Portal do Sertão, Recôncavo, Sertão Produtivo e Velho Chico.

⁹ Os territórios de identidade que, apesar de possuírem pelo menos dois Pontos de Cultura, elegeram apenas um titular foram: Bacia do Paramirim e Vitória da Conquista,

conseguiu eleger um representante. A criação de subcomissões na CEPdC-BA pode conduzir a duas conclusões: a dificuldade de articulação e consenso em boa parte da rede e a tentativa de minimizar as ausências das representações territoriais que não funcionavam quando atuavam com titular e suplente.

A reduzida capacidade financeira dos Pontos de Cultura costuma ser apresentada como o principal fator dispersivo da articulação em rede. De um modo geral, as instituições conveniadas como Pontos de Cultura encontram grandes dificuldades de captação de recursos e de manutenção de suas atividades sem o repasse da verba do convênio. No entanto, a articulação dentro de um mesmo município ou via internet dificilmente se realiza.

Fragilidades, desafios e potencialidades

Sob a perspectiva interna destas redes, é possível identificar que dentro delas coexistem a diversidade e a semelhança. A diversidade está na própria variedade cultural de que são compostas, reunindo diferentes demandas e prioridades culturais defendidas por cada um de seus membros, provenientes dos mais distintos municípios baianos. A semelhança está nas dificuldades comuns que impelem, na prática, à constituição destas redes.

Essas dificuldades, enfrentadas por dirigentes municipais de cultura e por Pontos de Cultura são, sem dúvida, os elementos aglutinadores da Adimcba e da CEPdC-BA. Sob uma perspectiva bastante generalista, se pode afirmar que de um lado os Pontos de Cultura enfrentam a instabilidade de repasse dos recursos pelo Estado e a imperícia para executar e prestar contas deste recurso; os dirigentes municipais de cultura lidam com baixos (ou inexistentes) orçamentos, falta de equipe e instabilidade nos cargos ocupados. Na medida em que compreendem que suas demandas são comuns, essas redes negociam a diversidade de interesses e valores presentes em cada uma delas para se concentrar num conjunto de objetivos comuns (CASTELLS, 2013, p. 14).

¹⁰ O território do Sisal não elegeu representação para a CEPdC-BA, apesar de possuir 12 Pontos de Cultura, considerando os conveniados com a SecultBA e o Minc. Além disso, 4 novas instituições foram selecionadas como Ponto de Cultura no edital 01/2014 da SecultBA.

Mas, a solidariedade na adversidade não é suficiente, nestes dois casos, por manter a coesão destas redes. Há o predomínio de uma postura individualista e particularista tanto na Adimcba quanto na CEPdC-BA. Poucos são os dirigentes municipais de cultura ou os Pontos de Cultura que buscam apoiar seus pares, difundir informações de interesse coletivo, compartilhar experiências e melhorias. O engajamento nas redes ainda encontra-se atrelado à retribuição direta, especialmente, financeira.

As três tristes tradições da política cultural brasileira (Rubim, 2007), ausência, autoritarismo e instabilidade, deixaram um legado de não participação e baixa cooperação ainda fortemente presente no campo cultural baiano. As relações de poder entre o estado e a sociedade civil, baseadas em privilégios e favorecimentos, continuam a ser praticadas e reproduzidas nas esferas municipais. E estas práticas servem de referência para atuação dos agentes culturais (produtores, gestores, artistas, educadores etc.) também nas redes em discussão.

A partir de 2007, com o desenvolvimento de políticas culturais propensas ao diálogo e à participação popular, novas formas de relacionamento com o poder começaram a ser instauradas. Boa parte (se não todos) dos gestores de Pontos de Cultura e dirigentes municipais de cultura deixou o lugar de representado e passou à condição de representante, com voz e voto, pela primeira vez, nas Conferências Estaduais de Cultura, nas Comissões dos editais do Fundo de Cultura, nas reuniões *tête-à-tête* com os gestores da SecultBA.

A forma como as pessoas pensam determina o destino de instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada. Poucos sistemas institucionais podem perdurar baseados unicamente na coerção. Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades. Se a maioria das pessoas pensa de forma contraditória em relação aos valores e normas institucionalizados em leis e regulamentos aplicados pelo Estado, o sistema vai mudar, embora não necessariamente para concretizar as esperanças dos agentes da mudança social. É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas. (Castells, 2013, p. 9)

O desafio de transformação desses atores culturais passa por um processo formativo, que extrapola a educação formal, e se dá dentro e fora da própria rede. No caso da Bahia, à medida que o Estado abre espaço para o consenso ao invés de fazer uso da coerção, inaugura um ambiente propício para o voluntarismo, a colaboração, o interesse coletivo, que dão sentido a uma organização em rede. Não se pode perder de vista que a autonomia dos indivíduos e a validação social são requisitos básicos para que a “mudança de mentalidade” ocorra.

A comunicação é uma grande aliada neste processo de adoção efetiva de uma cultura de rede pela Adimcba e CEPdC-BA. Os braços executivos destas redes, o G-8 e a diretoria da Adimcba, tendem a concentrar as informações e utilizá-las em proveito próprio ou de seus aliados, em mais uma postura desagregadora. Estabelecer vínculos e fortalecer a confiança e solidariedade entre os membros destas redes não é possível sem uma comunicação transparente, constante e estreita.

As informações precisam fluir horizontalmente, sem intermediários ou hierarquias, como uma rotina e não uma eventualidade. Assim como, as ações e bandeiras destas redes precisam ter apropriação e conhecimento público, para que sejam também apoiadas e validadas socialmente. Tanto a comunicação interna, quanto a comunicação externa, repercute favoravelmente na coesão e funcionamento das redes dos pontos e dos dirigentes municipais de cultura.

O fortalecimento da Adimcba e da CEPdC-BA passa também pelo reconhecimento do lugar de destaque que elas ocupam no desenvolvimento da cultura baiana. Ambas sedimentaram canais de diálogo e espaços de intervenção na gestão cultural baiana que outros agentes culturais dificilmente alcançariam. O que só amplia a sua função representativa, seja como multiplicador de informações (e, conseqüentemente, formador de opinião), seja como porta-voz das demandas locais.

A lei estadual 12.365/2011, que institui o Sistema Estadual de Cultura da Bahia, em seu artigo 28, reconhece o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura (como também é chamada a Adimcba) como:

instância de caráter consultivo, opinativo e organizativo, integrante do Sistema Estadual de Cultura, que tem por finalidade promover a articulação dos municípios baianos para a formulação e execução de políticas culturais, contribuir com o desenvolvimento local e territorial da cultura e com o aperfeiçoamento das políticas Estadual e Nacional de cultura. (BAHIA, 2011)

Embora não esteja designada literalmente como parte integrante do Sistema Estadual de Cultura, a CEPdC-BA está prevista como componente do sistema pela redação do artigo 29 da lei:

Formas organizativas de iniciativa da sociedade não definidas nesta Lei, inclusive fóruns e coletivos específicos, relacionadas aos diversos segmentos culturais, são também consideradas instâncias de participação, integrantes do Sistema Estadual de Cultura, por meio de manifestação de vontade. (BAHIA, 2011)

Institucionalmente, estas redes existem e são reconhecidas oficialmente pelo poder público estadual. Essa condição lhes confere não simplesmente um ‘status’, mas uma responsabilidade sobre a política cultural baiana. Essa garantia legal significa, ainda, a oportunidade de consolidação destas redes e a consecução de seus objetivos.

Idealmente, esta parece ser a grande (se não a maior) potencialidade (mas também desafio) das duas redes: o lugar de destaque alcançado na gestão e política cultural estadual, depois de quase uma década de construção, interlocução e estreitamento de vínculos com o poder público estadual. O “empoderamento” formal destas redes lhes confere amplitude de ação e intervenção que excede o âmbito da Secretaria de Cultura do Estado ou do Ministério da Cultura. A pauta da cultura pode e deve ser tema de interlocução junto à União dos Prefeitos da Bahia, ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), à Assembleia Legislativa, ao Congresso Nacional etc.

As redes de cultura na Bahia têm, portanto, um terreno fértil e promissor para crescer. A institucionalização da cultura iniciada no âmbito estadual nos últimos oito anos foi feita de forma a garantir o espaço da colaboração, do diálogo, da democratização e da desconcentração do poder. O estímulo à constituição das redes de cultura significou um passo fundamental no “empoderamento” dos mais diferentes atores que configuram uma política pública de cultura.

Mas, o passo seguinte ainda precisa ser dado. De um lado, a SecultBA deve continuar a investir fortemente na formação cultural, na organização do campo cultural, na implantação do sistema estadual de cultura e na sensibilização política para o tema da cultura. De outro, os atores sociais e os agentes culturais precisam continuar a ocupar os espaços de participação (conferências, colegiados, fóruns etc.) e gestão (Conselho Estadual de Cultura e os sistemas municipais de cultura) da cultura na Bahia, de forma estruturada e coesa.

Bibliografia

BAHIA. Lei estadual 12.365/2011 Disponível em:
<http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/Lei12365de30112011LeiOrganicadaCultura.pdf>

Ponto a ponto Bahia – Cidadania cultural. Blog:
<https://pontosdeculturabahia.files.wordpress.com/2014/07/gts-territoriais.pdf> . Acessado em 03 de maio de 2015

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Fernandes, Taiane. **Políticas Culturais: A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em <https://ufba.academia.edu/TaiFernandes>

GOHN, Maria da Gloria. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v . 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio/ago 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. *Sítio eletrônico*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

LOIOLA, Elisabeth; MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, Tânia (Org.). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997. 2 ed.

MACHADO, Jorge Alberto S. Movimentos sociais, tecnologias de informação e o ativismo em rede. *Revista Educação Pública*. ISSN: 1984-6290. Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0022.html>. Acessado em 24 de fevereiro de 2015.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. *Site eletrônico*. Disponível em: <www.cultura.ba.gov.br>. Acessado em: 03 de maio de 2015.

ROCHA, Sophia. *Programa Cultura e seu processo de estadualização na Bahia*. 2011. 231 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2011.

RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM, Albino; PITOMBO, Mariella; et al. Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito Ibero-americano. Disponível em http://www.cult.ufba.br/arquivos/cult_politicas_e_redes.pdf

VILUTIS, Luana. Redes e Consórcios. In: SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. Coleção Política e Gestão Culturais. Salvador: P55 edições, 2013.